

Como citar este artigo:

CARVALHO, Luiz Paulo Ramos de et al. Resistência e Criação: Cartografias, Corpografias e outras Grafagens na Pequena África. In: América: Revista de Estudos das Diásporas Africanas, 1ª edição, janeiro de 2024. Disponível em: <<https://independent.academia.edu/revistaamerica>>.

RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO:

Cartografias, Corpografias e outras Grafagens na Pequena África

Luiz Paulo Ramos de Carvalho¹
Fernanda Ester Sánchez García²
Camila Gavazzi Felix³
Rafael Alves Corradi⁴

RESUMO

Este trabalho traz como contribuição a produção de cartografias, colagens e mosaicos da área conhecida por “Pequena África” no Rio de Janeiro, na tentativa de disputar narrativas com as epistemologias dominantes, a partir da perspectiva descolonial. Mediante ferramentas capazes da desconstrução de modelos de intervenção espacial, busca-se confrontar o urbanismo europeu e europeizante e, assim, desvelar territorialidades não excludentes. Compreende-se que reconhecer e mapear saberes territoriais é uma forma de realizar um giro epistemológico e afirmar tais territorialidades. Assim, tem-se como base: disputas de lugar, disputas de sentido do, no e pelo espaço, por meio de monumentos e estátuas de personalidades negras, arquiteturas afro-cariocas e de elementos materiais e imateriais da paisagem, afirmativos da cultura América. Tais dispositivos são analisados por meio dos conceitos de produção do espaço (Lefebvre), branqueamento e enegrecimento (Santos), que, articulados, ajudam a compreender as conexões dos significantes violência e sofrimento, resistência e criação.

¹ Arquiteto e Urbanista associado ao GPDU

² Professora Dra. do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF; coordenadora do Laboratório GPDU

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFF e pesquisadora bolsista PIBIC/FAPERJ

⁴ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo PPGAU UFF

PALAVRAS-CHAVE: Branqueamento; Descolonialidade; Negritude; Disputas Territoriais.

ABSTRACT

This work contributes to the production of cartographies, collages and mosaics of the area known as “Little Africa” in Rio de Janeiro, in an attempt to dispute narratives with dominant epistemologies, from a decolonial perspective. Using tools capable of deconstructing spatial intervention models, the aim is to confront European and Europeanizing urbanism and, thus, reveal non-exclusive territorialities. It is understood that recognizing and mapping territorial knowledge is a way of making an epistemological turn and affirming such territorialities. Thus, it is based on: disputes over place, disputes over the meaning of, in and through space, through monuments and statues of black personalities, Afro-Rio architecture and material and immaterial elements of the landscape, affirmative of América culture. Such devices are analyzed through the concepts of space production (Lefebvre), whitening and blackening (Santos), which, when articulated, help to understand the connections between the signifiers of violence and suffering, resistance and creation.

KEY-WORDS: Bleaching, Decoloniality, Blackness, Territorial Disputes.

INTRODUÇÃO:

(...)
Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!
Ó mar, por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão?...
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!
(...)

(ALVES, trecho de ‘Navio Negreiro’, 2017).

Historicamente, durante os períodos colonial e Imperial, o porto do Rio de Janeiro, na época Cais do Valongo, desempenhou um papel fundamental no contexto escravista das Américas ao se tornar um centro de recepção e

comércio de escravizados, a maioria trazidos da África Ocidental, como Angola, Congo, Moçambique e Guiné, juntamente com suas diversidades étnicas, culturais e linguísticas. O comércio transatlântico de negros teve um impacto significativo na formação social, cultural e econômica dos territórios destinos. Os africanos capturados em África, foram levados pelo território brasileiro para os locais onde a exploração dos seus corpos foi utilizada em plantações, mineração, construções e outras atividades econômicas.

Neste contexto, este trabalho propõe uma leitura dos processos urbano-culturais na área portuária do Rio de Janeiro, reivindicada por alguns movimentos como a “Pequena África”. Neste entorno, a presença negra é significativa desde os primórdios da escravidão, devido à presença do mencionado Cais do Valongo. Com o passar do tempo e as sucessivas leis de libertação dos escravizados, grande parte da população afrodescendente se estabeleceu na Pequena África, inclusive migrando de outras cidades brasileiras. A forte presença negra na região no início do século XX consubstanciou práticas, objetos e matrizes culturais africanas, não sem sofrer proibição legal e repressão policial de diversos destes costumes, o que formou e fortaleceu as comunidades e resistências negras.

Desde 2009 a região portuária tem passado por um novo ciclo de repressão à população afrodescendente, decorrente das ações geradas pelos Grandes Projetos Urbanos (GPUs). Neste caso o projeto “Porto Maravilha”, uma operação no bojo das Olimpíadas de 2016 que liga agentes públicos e privados com propósito de renovar a urbanização de áreas degradadas, objetivou modernizar a antiga zona portuária e transformá-la num “*waterfront*”, semelhante aos casos de Barcelona, Boston e Londres (DEL RIO, 2001). Junto a esta ação, novas desigualdades sócio territoriais são produzidas, que resultam na gentrificação e no apagamento da cultura africana.

Assim, este trabalho traz como contribuição a produção de cartografias, colagens e mosaicos da Pequena África, na tentativa de disputar narrativas

com as epistemologias dominantes, a partir da perspectiva descolonial. Mediante ferramentas capazes da desconstrução de modelos de intervenção espacial, busca-se confrontar o urbanismo europeu e europeizante e, assim, desvelar territorialidades não excludentes. Porque, compreende-se que reconhecer e mapear saberes territoriais é uma forma de realizar um giro epistemológico e afirmar tais territorialidades. Portanto, toma-se como base: disputas de lugar, disputas de sentido do, no e pelo espaço, por meio de monumentos e estátuas de personalidades negras, arquiteturas afro-cariocas e de elementos materiais e imateriais da paisagem, afirmativos da cultura América.

Para tanto, apoiamo-nos em conceitos orientadores que funcionam como chaves e lentes capazes de alcançar o máximo de significados que este ambiente produz, e reconhecê-lo como potência a fim de construir e imaginar cartografias, camadas de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito. Tais dispositivos são analisados por meio dos conceitos de produção do espaço (LEFEBVRE, 2006) branqueamento e enegrecimento (SANTOS, 2018, 2022A, 2022B), que, articulados, ajudam a compreender as conexões dos significantes violência e sofrimento, resistência e criação.

Desse modo, o presente trabalho procura destacar narrativas históricas e contemporâneas da diáspora africana enquanto ferramentas na busca de reconhecimento e afirmação territorial, por meio dos “*repertórios espaciais de ação*” (TORRES, 2022), que combatem o embranquecimento do território em suas três dimensões, espacial, cultural e imagética (SANTOS, 2018; LEFEBVRE, 2006). Neste sentido, é desenvolvido um eixo de análise: o enfrentamento social em torno à apropriação do espaço urbano, os sujeitos, os instrumentos e a simbolização do espaço, bem como os conflitos gerados, registrados por meio da produção de cartografia crítica e grafagens, voltadas para as expressões territoriais relacionadas à herança e à presença afro-brasileira, por sua vez vinculadas ao direito à cidade.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO CHAVE INTERPRETATIVA:

A respeito da produção social do espaço, Lefebvre nos ajuda a compreender que o espaço não existe em si mesmo, como fato da natureza. Ele é produto de uma simultaneidade de fatores sociais:

A produção do espaço (e do tempo) não os considera como “objetos” e “coisas” insignificantes, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da segunda natureza, efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias. Produtos? Sim, num sentido específico, notadamente por um caráter de globalidade (não de “totalidade”) que os produtos não têm na acepção ordinária e trivial, objetos e coisas, mercadorias (ainda que justamente o espaço e o tempo produzidos, mas “loteados”, são trocados, são vendidos, são comprados, como “coisas” e objetos! (LEFEBVRE, p. 5, 2006).

Por meio da tríade de Henri Lefebvre interpretamos a produção afrodiaspórica do espaço na área portuária, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Para Lefebvre, o espaço é socialmente produzido, sendo essencial para o entendimento de sua totalidade a compreensão do papel do tempo e dos corpos que o habitam:

O espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe “em si mesmo”. Ele é produzido. O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. O tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social. Sociedade aqui não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas. (...) Lefebvre os vê como

produtos sociais, conseqüentemente eles são ambos, resultado e pré-condição da produção da sociedade (SCHMID, p.91, 2012).

Assim, Lefebvre cria uma relação dialética de sujeitos que são formados e formam espaços, que habitam e são atravessados por ele. Nesse sentido, a sua teoria é fundamentalmente corporificada, materialista e atada à realidade social, o que demanda uma análise capaz de considerar as constelações sociais, relações de poder e conflitos presentes no território. Lefebvre cria então, dimensões de análise que nos ajudam a compreender espaços pudes de complexidades:

- a) Prática espacial: relacionada às atividades e interações que ocorrem no espaço (translado, relações de produção, sociabilidade, etc.)
- b) Representação do espaço: campo imagético atribuído ao espaço, emergindo ao nível do discurso
- c) Espaços de representação: trata da dimensão simbólica do espaço, expressando e invocando normas, valores e experiências sociais.

Todas estas dimensões são essenciais para compreender como os sujeitos percebem o espaço, como uma imagem, uma paisagem, um monumento é vivido. É evidente, por exemplo, que um morador do Morro da Providência não terá a mesma experiência que um turista na região portuária. Todavia, a atitude de Lefebvre em relação à individualização fenomenológica, associada ao estudo da percepção, é a de ceticismo (SCHMID, 2012). Devido a suas limitações, ele a combina com o conceito de prática espacial, para mostrar que a percepção não acontece apenas na mente, mas se baseia numa materialidade concreta e produzida (LEFEBVRE, 1991).

Quando aplicada à produção do espaço, esta abordagem fenomenológica conduz às seguintes conclusões: um espaço social inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido - uma "experiência". A materialidade em si mesma ou a prática material de per si não possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida, os sentimentos

que são investidos nesta materialidade. O pensamento puro é pura ficção; ele vem do mundo, do Ser, do Ser material assim como de sua experiência vivida. A “experiência” pura é, em última análise, puro misticismo: ela não possui uma existência real (social) sem a materialidade do corpo na qual está baseada e sem o pensamento que a estrutura e expressa. (SCHMID, p. 103, 2012)

Assim, entendemos que a produção do espaço é concebida simultaneamente por camadas de dimensões que se entrelaçam, atravessam e se transformam, através de categorias materiais, de conhecimento e de produção de significados. O espaço é ativo, dinâmico: *“como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo”* (SCHMID, p. 104, 2012). Essa complexificação do entendimento do espaço e como ele vem a ser traz consigo potencialidades, ainda mais quando se aborda uma região onde conflitos territoriais, disputas de espaços e sentidos são tão presentes como na região portuária do Rio de Janeiro.

TERRITÓRIO RACIALIZADO, EMBRANQUECIMENTO HEGEMÔNICO

O conceito de embranquecimento do território está relacionado às dinâmicas sociais e espaciais que resultam na exclusão, marginalização ou substituição de grupos étnicos em determinadas áreas urbanas, sendo substituídos predominantemente por pessoas brancas, de classes sociais privilegiadas. É um fenômeno que ocorre em diferentes contextos, sendo especialmente presentes em espaços tomados historicamente pela colonização e opressão racial, bem como seus desdobramentos. Dentre as formas de perpetuação da opressão colonial, transformada e atualizada ao mundo globalizado contemporâneo, está a gentrificação. Este fenômeno, que geralmente decorre de projetos urbanos, transforma bairros degradados em áreas de maior valor imobiliário, acompanhando, muitas vezes, a expulsão de comunidades de baixa renda, que no recorte demográfico brasileiro, é uma população racializada. A

gentrificação, aliada à ausência de políticas habitacionais inclusivas, práticas de discriminação racial e desigualdades socioeconômicas, resulta no embranquecimento de espaços na medida em que dita regras que impossibilitam a permanência destes sujeitos.

Santos (2018, p. 469), mostra como a lógica racista de produção do espaço pode ser implementada por agentes hegemônicos de diversas formas, e divide o conceito de branqueamento do território em três dimensões: a primeira denominada “*branqueamento de ocupação*”, está vinculada à ação pautada na substituição dos grupos não-brancos via extermínio, expulsão e também àquilo que o autor chama de “*incorporação subalternizante*” imposta pelas elites, sendo assim, uma “*biopolítica de violências, condições sociais desiguais e sempre depauperadas na comparação com os brancos ou mesmo do genocídio*”. A segunda forma na qual o branqueamento territorial pode se mostrar em um determinado local é a de “*branqueamento da imagem do território*”, que surge da valorização de narrativas dos grupos brancos, impacta na identidade dos grupos subalternizados e desconsidera sua presença no território, seja no passado, presente ou no futuro. Por fim, a última classificação é a do “*branqueamento cultural do território*”, essa intervenção é acionada quando os agentes hegemônicos buscam, por meio da imposição de matrizes, signos e símbolos eurocêntricos, colocar sua cultura em um patamar hierárquico superior, em detrimento das culturas dos grupos não brancos.

Essas práticas podem resultar na perda de identidade cultural, coesão comunitária e redes de apoio para as comunidades marginalizadas, além de perpetuar desigualdades e segregação socioespacial, concentrando recursos e oportunidades em áreas predominantemente brancas, enquanto áreas mais marginalizadas sofrem com a falta de investimentos e serviços básicos. É importante destacar, entretanto, que o conceito de embranquecimento do território não se refere apenas a uma mudança demográfica, mas também à disputa político-simbólica pelas representações sobre o lugar, na qual

patrimônios materiais (arquitetônicos, urbanísticos) e imateriais (práticas culturais, a memória histórica) são mobilizados como signos de identidade.

Ademais, para Santos (2022), o conceito de embranquecimento cultural compõe-se de um variado leque de ações em que vão se delinear políticas de memória especializadas que combinam referenciais temporais de diferentes momentos do passado, do presente e do futuro, como construção de um devir negro no território.

As urbanidades negras reivindicadas por estes repertórios (como a Pequena África) vão envolver pessoas, lugares, eventos, organizações; vão contemplar e valorizar personagens, mas também organizações como irmandades, sindicatos, grupos culturais negros; grafagens espaciais materiais, como construções (igrejas, cemitérios, estruturas do complexo escravagista, caminhos como a Pedra do Sal, outras edificações), mas também imateriais (como rodas, ranchos e escolas de samba, agremiações, casas de zungu, casas das tias, terreiros artefatos de valor religioso, entre outras) (SANTOS, 2022).

Isso posto, repertórios espaciais se constituem em disputas de memória baseadas na multiplicação de referências espaciais negras, que incluem (i) a patrimonialização e musealização - e também a criação e fortalecimento de instituições voltadas para tais fins; (ii) disputa de toponímias, tomando a nomeação como ferramenta de memória e identidade; (iii) ocupação e ressignificação de espaços públicos mediante práticas culturais e religiosas ativistas; (iv) judicialização de reivindicações; (v) articulação e incorporação de pautas raciais por autores de outras lutas urbanas, como as lutas por moradia; entre outras.

Assim, ao se traçar uma relação entre os conceitos de Lefebvre e Santos, se compreende que o processo de embranquecimento do espaço da zona portuária do Rio de Janeiro é causa e produto de:

- a) Embranquecimento no campo da prática espacial, na medida em que expulsa a população negra de áreas nobres e concentra recursos e oportunidades em áreas predominantemente brancas, enquanto áreas mais marginalizadas sofrem com a falta de investimentos e serviços básicos;
- b) Embranquecimento no campo da representação do espaço, na medida em que imageticamente o espaço é promovido, por meio do marketing urbano, como um espaço atraente a novas presenças brancas;
- c) Embranquecimento nos espaços de representação, que configura o estabelecimento simbólico de normas, valores, modo de se portar que não são ditos, mas sentidos, a partir de um novo *ethos*, e que implicam em como aquele espaço é vivenciado.

Tendo tais processos em mente, pode-se também relacionar os dois autores quanto à produção de espaços mediante os repertórios espaciais, que disputam o devir da cidade. Isso ocorre na medida em que os repertórios implicam numa disputa material, imagética e simbólica do espaço. A partir desta elaboração teórico-metodológica realizamos, na próxima seção, nossa análise da área.

PEQUENA ÁFRICA, TERRITÓRIO ENEGRECIDO:

A região portuária do Rio de Janeiro engendra questões de disputa de espaço e sentido que atravessam a sua história. Por se tratar de uma área de destaque, em uma das principais capitais latinoamericanas, é alvo de contínuos processos urbanos, que respondem a uma lógica hegemônica e almejam uma imagem de cidade específica, progressista, progresso este que varia conforme a temporalidade analisada, mas que sempre possui em comum o fator racial. A presença negra na área é majoritária há séculos, mas GPUs falham em atender essa população, por desígnio. Contrapor o embranquecimento num

território como a região portuária do Rio de Janeiro é afirmar histórias, apropriações, vivências que são negadas e desconsideradas. É realizar uma virada epistemológica decolonial e enegrecer o território.

Na cidade do Rio de Janeiro, os africanos recém-chegados eram levados para mercados e locais de venda, como o famoso Cais do Valongo, que foi o maior ponto de desembarque de africanos escravizados nas Américas, provavelmente no mundo. Estima-se que mais de um milhão de africanos tenham passado pelo Cais do Valongo entre os séculos XVIII e XIX (IPHAN, 2023). João do Rio, em suas crônicas, fala dos negros islamizados que rezavam em árabe sobre os vendedores de ervas, rezadeiras, adivinhos, cantadores, entre outros. Situa, ainda, o contingente baiano que chegou ao Rio no final do séc. XIX, atraído pelas oportunidades financeiras, sociais e culturais que a cidade oferecia. Com o tempo e com as sucessivas leis que libertaram os corpos negros da escravização física, a população afrodescendente se estabeleceu em diferentes partes da cidade e formaram comunidades e bairros específicos. Essas áreas urbanas passaram a abrigar uma vida cultural intensa, com a presença de celebrações, danças, músicas, religiosidades e outros aspectos do legado africano que se combinaram à realidade local.

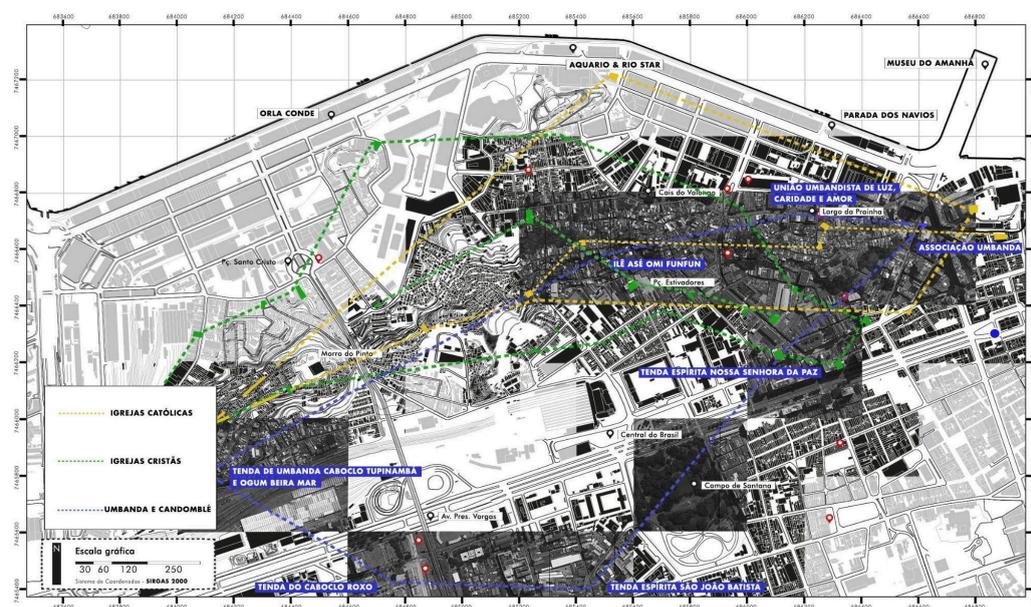
Muitos desses migrantes se mudaram ou permaneceram após sua alforria na região portuária, estabelecendo-se nos arredores do Cais do Porto, Saúde e Gamboa, onde a moradia era mais barata e outros agrupamentos de negros já estavam instalados. O que culminou na formação de comunidades negras neste entorno que, combinado à realidade local de repressão, gerou também centros de resistência e irmandades.

Ao longo dos anos, essa região passou a ser conhecida como Pequena África e se expandiu abrangendo da Zona Portuária até a Praça Onze, o Morro da Providência e os bairros da Saúde, Gamboa, Campo de Santana e partes do Centro. A denominação é atribuída à Heitor dos Prazeres, compositor, cantor e pintor negro que viveu na área na primeira do séc. XX, tendo se mudado para

lá vindo da Bahia com seus pais quando pequeno. Segundo Santos, a “*alcunha teria como objetivo retratar (e, certamente, celebrar) a forte presença negro-africana na região, caracterizada não apenas pelo alto contingente de pessoas negras, mas também densidade de práticas e matrizes culturais africanas e afro-brasileiras*” (SANTOS, p. 1, 2022A).

Neste contexto, as práticas culturais, tradições religiosas, línguas e conhecimentos derivados das culturas africanas foram (e são) duramente reprimidos e proibidos ao longo da história brasileira, por atores hegemônicos provenientes de grupos religiosos, políticos, financeiros e militares, por meio de políticas e práticas urbanas de branqueamento do território.

Cartografia 1: Religiosidades



Fonte: elaborada pelos autores, utilizando coordenadas do sistema SIRGAS 2000 e grafagens produzidas pelos autores, 2023.

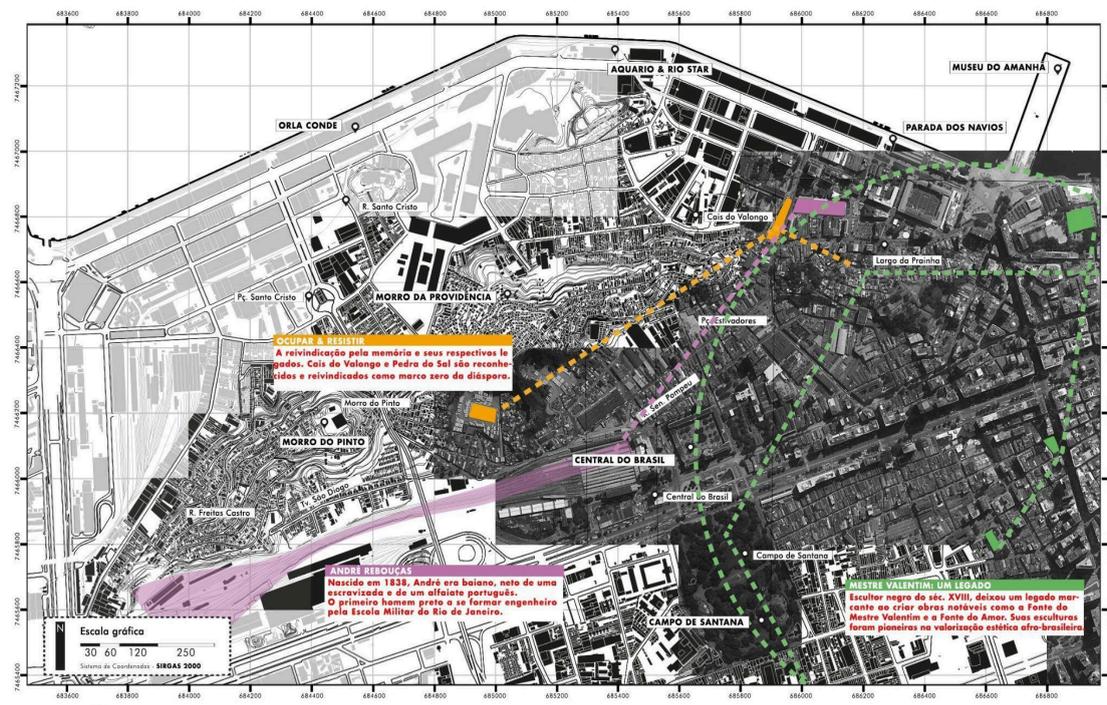
Acima, a cartografia permite entender o longo processo histórico de ocupação física e simbólica de rituais e religiosidades na região portuária. Por um lado, demonstra como os espaços afro diaspóricos que constituíam centralidades nesta região se deslocaram e sumiram ao longo do tempo. Por outro lado, a

ocupação da Igreja Católica no alto dos morros se provou um posicionamento estratégico à época que, aliado à multiplicação de templos religiosos de matriz neopentecostal e cristã nos dias de hoje, representam uma contínua disputa material e imaterial do espaço na Pequena África.

Outro exemplo destas políticas de branqueamento do território foi a reforma Pereira Passos, no começo do século XX, com as grandes expulsões de populações afrodescendentes e a demolição de suas construções em campanhas sanitaristas, higienistas e racistas do espaço (SANTOS, 2022A). Ainda assim as culturas africanas sobreviveram, adaptadas e sincretizadas às europeias, que sempre foram bem quistas pelo cenário hegemônico, parte desses costumes foram preservados e formaram a base de nossa cultura brasileira.

É importante reconhecer que a participação dos escravizados na construção arquitetônica colonial brasileira não foi voluntária, mas uma imposição do sistema escravista. Apesar disso, é profundamente marcado pela presença da mão de obra escrava, tanto em termos de técnicas construtivas quanto de influências estéticas e culturais. Este trabalho permite, por exemplo, destacar o legado de Mestre Valentim, considerado um dos principais representantes do estilo rococó no país. Suas esculturas e ornamentos contribuem para a identidade cultural e histórica do Rio de Janeiro, preservam seu patrimônio arquitetônico, atraem turistas e promovem a apreciação da arte e da criatividade brasileira. Cabe ainda ressaltar que aqui atuou André Rebouças, o primeiro engenheiro negro do Brasil, que desempenhou papel importante no desenvolvimento da engenharia e nas discussões sobre a abolição da escravatura no país.

Cartografia 2: Arquiteturas negras



Fonte: cartografia e grafagens produzida pelos autores, utilizando coordenadas do sistema SIRGAS 2000, 2023.

As religiões de matriz africana se entrelaçam com outras expressões culturais, influenciando a música, a dança, a culinária, as festividades e as manifestações artísticas da cidade. Nessas perspectivas, desempenhou um papel crucial na formação de memória e identidade carioca que engloba conhecimentos, práticas e vivências que são consideradas referenciais culturais de origem África.

Torres (2022), propõe reimaginar as diversas casas de santo que já estavam nesse território desde o final do séc. XIX, as quais existiam por legado das oferendas que eram realizadas na Pedra do Sal, que vinham desde o século XVIII, mas foram transferidas aos poucos. Essas casas são a representação de uma matriz africana, fortemente marcada pela presença de símbolos da cultura original, da religiosidade africana.

Imagem 2: Grafagem dos repertórios culturais afrodescendentes na Pequena África

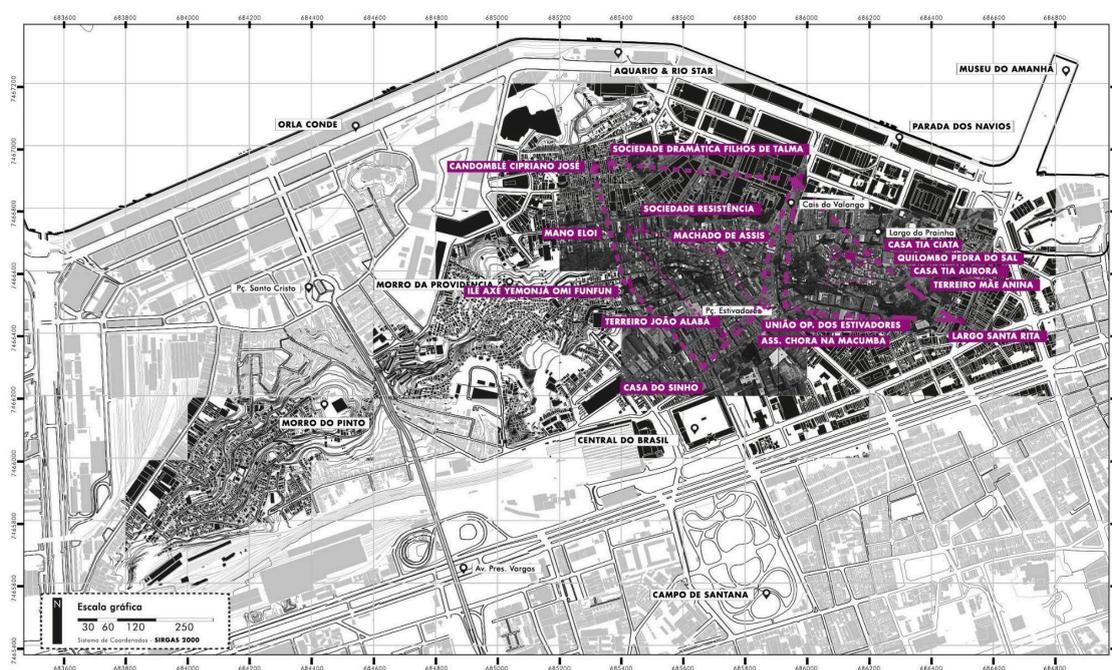


Fonte: colagem elaborada pelos autores, a partir de fotografias do Acervo Municipal “Samba no Reio Antigo” e, abaixo, “trabalhadores negros no campo”, disponível na internet. Baiana de costas com vestes brancas, disponível na internet, 2023.

A Pequena África é também considerada o berço do samba carioca. Foi nessa região que as rodas de samba e as festas populares se desenvolveram, proporcionando um espaço de encontro e expressão cultural. O samba nasce das experiências, vivências e ambiências compartilhadas pelos moradores da

Pequena África, consolidando-se como uma das principais expressões culturais do Rio de Janeiro. Nesse território, elementos musicais, danças, ritmos e instrumentos africanos foram incorporados ao samba, enriquecendo a sua sonoridade e criando conexão direta com as raízes africanas. Além disso, a região abrigava várias comunidades e cortiços, que eram moradias precárias, onde muitos negros e seus descendentes viviam. Esses espaços foram fundamentais para a preservação das tradições culturais africanas e para o desenvolvimento do samba. As casas e os quintais dessas comunidades, aos poucos, se transformaram em espaços de sociabilidade, onde músicos, compositores e dançarinos se reuniam para criar e compartilhar arte.

Cartografia 3: Berço do Samba.

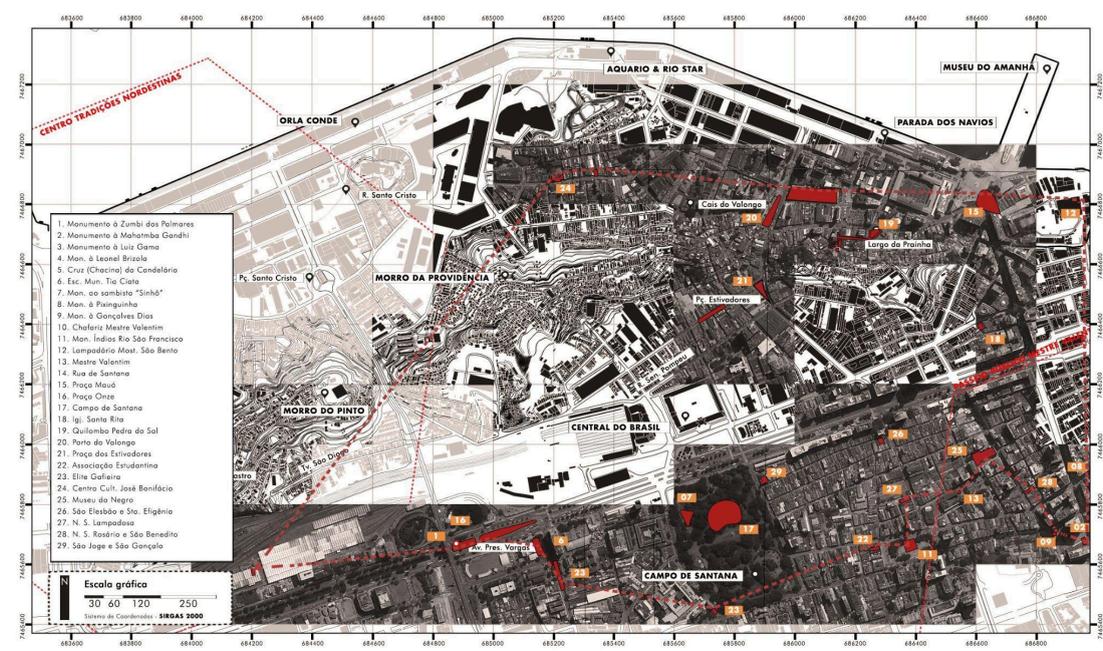


Fonte: elaborada pelos autores, utilizando coordenadas do sistema SIRGAS 2000 e grafagens produzidas pelos autores, 2023.

O mapa acima percorre o circuito dos “quintais do samba” (casa de Tia Ciata, Tia Aurora, Mano Elo e Sinhô), que em sinergia com o surgimento de

associações no momento pós-abolicionista, cria a ambiência histórica de arte, cultura e ritual a qual, mais tarde, viria a inaugurar o samba carioca. De acordo com Theodoro (2022), foi Tia Sadata da Pedra do Sal, uma das fundadoras do Rancho Carnavalesco Rei do Ouro, que divulgou, com o apoio de Tia Bebiana de Iansã, nomes como Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, Sinhô, entre outros. Assim, por conta das tias baianas festeiras da Praça Onze, como a Tia Ciata, esse local se tornou o ponto de referência do samba carioca.

Cartografia 4: Guia Patrimonial da Pequena África



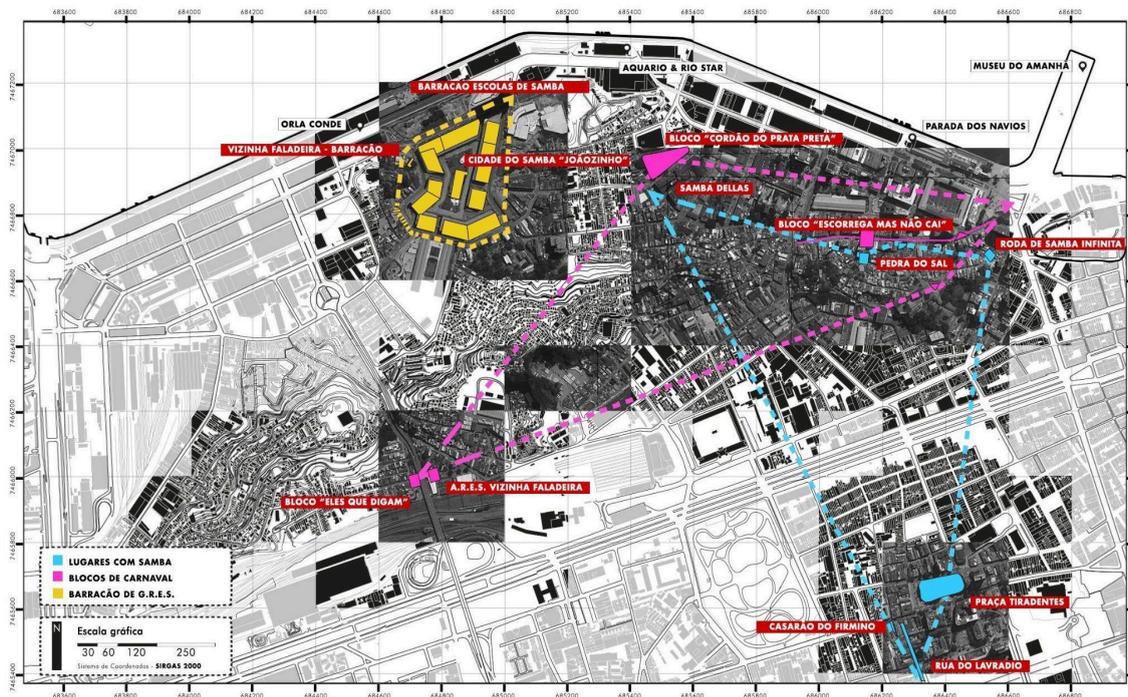
Fonte: Ortofoto do acervo municipal, com coordenadas do sistema SIRGAS 2000 e grafagens produzidas pelos autores, 2023.

A cartografia acima não só identifica e reconhece o legado material e imaterial da região, mas também ilustra a produção de um espaço negro nesse território, que transbordou o limite geográfico proposto pelo Heitor dos Prazeres, para a região que ali resistia e se desenvolvia.

Circunscrevendo-a neste período do final do século XIX e início do século XX, a Pequena África vivida e assim nomeada por Heitor dos Prazeres reunia sambistas como Hilário Jovino e Miguel Pequeno; um conjunto de Ranchos como Recreio das Flores, Dois de Ouro, Rosa Branca e Botão de Rosa, que, junto com a “Sociedade Carnavalesca, Familiar, Dançante, Benficiente e Recreativa Tira o Dedo do Pudim”, foram organizações precursoras das escolas de samba - a exemplo da Escola de Samba Vizinha Faladeira, considerada a primeira do Rio de Janeiro e também criada na Pequena África; religiosos de filiações a distintas matrizes africanas e afro-brasileiras como os candomblés de João Alabá, Cipriano Abedé e Assumano Mina, e importantes terreiros como o Ilê Axé Opô Afonjá; tias baianas como Ciata, Sadata, Bebiane e Perciliana, entre outras, que além de também lideranças religiosas do candomblé eram importantes para o samba e para a culinária, com as casas de zungu, evidenciando forte protagonismo das mulheres na comunidade negra; e também resistências sociais, como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, cuja diretoria era majoritariamente composta por negros. . Estes se somavam a permanências negras urbanas do período da escravidão, a exemplo das irmandades negras como a Sociedade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito, e a Irmandade de São Domingos, entre outras (SANTOS, pg. 2, 2022A).

Efetivamente, a cultura afro-brasileira, como o samba, a capoeira, o candomblé e a umbanda, tiveram um papel importante na formação da identidade carioca e na criação de uma rica herança cultural. Festividades como o Carnaval, fortemente influenciadas pela cultura africana, se tornaram marcas registradas do Rio de Janeiro e atraem visitantes de todo o mundo. De acordo com Torres (2022), essa identidade negra é uma identidade dos lugares que vão criar matrizes e informações sobre a forma e cultura desta comunidade. Neste sentido, a formação do samba e suas rodas, dos terreiros e seus rituais, entre outros, condensa provas materiais e imateriais de um longo processo histórico de ocupação física e simbólica dos corpos negros, em movimento pela Pequena África.

Cartografia 5: Circuitos do samba



Fonte: elaborada pelos autores, utilizando coordenadas do sistema SIRGAS 2000 e grafagens produzidas pelos autores, 2023.

Acima, a cartografia procurou demonstrar a lógica dos espaços de consumo, sendo possível reconhecer o eixo que concentra as escolas de samba e seus barracões, circuito livre de blocos de ruas, casas e gafieiras com programação exclusiva de samba.

Por outro lado, Carvalho (2007) e Arantes (2000) nos esclarecem que a cultura é um elemento central no planejamento urbano estratégico, a qual se vale da criação de museus, equipamentos culturais, espaços de lazer e realização de eventos (locais ou globais), para a projeção da imagem da cidade. Neste sentido, conceitos como cidade-empresa, cidade-mercadoria, cidade-emprego, cidade-negócio são debatidos há décadas (VAINER et al, 2000; CARVALHO, 2004, COMPANS, 2005). Mediante estas obras, verificou-se que o planejamento e a cidade passaram a ser produtos à venda, com políticas de *image-making* para construção de cidades de padrão

global. Além disso, este modelo de produção urbana *world class* amplifica o conflito nos territórios e agrava as desigualdades socioespaciais.

Por isso, a região portuária do Rio de Janeiro, historicamente atravessada por técnicas de planejamento urbano contraditórias, é reconhecida pelas dinâmicas sociais que, estrategicamente, resultaram na exclusão, marginalização e substituição de grupos étnicos e de classes de renda mais baixa (SANTOS, 2018). Este espaço tem sido alvo de intervenções que descaracterizam suas raízes e lutas, para criar uma nova imagem de cidade globalizada e atrair outro perfil de cidadãos a conviver nestes espaços reformulados.

Essa realidade faz parte da ação gerada pelos Grandes Projetos Urbanos (GPUs), especificamente para esta região, o chamado “Porto Maravilha”, uma operação que liga agentes públicos e privados, que está em desenvolvimento desde 2009, com propósito de renovar a urbanização de áreas degradadas. Visavam modernizar a antiga zona portuária e transformá-la num “*waterfront*” semelhante aos de Barcelona, Boston e Londres (DEL RIO, 2001). O projeto previa também mudanças de usos do solo, o incremento populacional de 28 para 100 mil habitantes e a mudança da composição social, por meio de remoções com a intenção de substituir a população pobre por uma de classe média (SANTOS, 2018).

A substituição das pessoas e a alteração dos equilíbrios sociais de poder, com a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios sociais dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante longo tempo e que se veem substituídas por novas formas de relações, cuja raiz é a dominação colonial atravessada pelo tempo. Para Santos (1985), se caracteriza um duplo processo de embranquecimento e alienação do espaço numa tendência à “desculturalização” da área.

Junto a esta ação, novas desigualdades sócio territoriais foram e são produzidas. Assim, dentre outros efeitos, o GPU tem produzido o apagamento da memória e da cultura africana local, em busca da valorização imobiliária e do embranquecimento (SANTOS, 2022B). Promove, também, a gentrificação e a invisibilização da população negra, que convive há séculos nesta área, suportando os efeitos da falta de infraestrutura e investimentos.

Mas não sem luta. Atualmente, apesar das lógicas de espetacularização e segregação que guiaram o projeto, também há expressões culturais contra-hegemônicas que se baseiam na associação entre os cidadãos e no uso dos espaços urbanos. Cruz (2023), revela como as narrativas orais de agentes culturais e a formação das redes de ação, compõem articulações com lutas sociais e comprometimento com novas práticas de apropriação e produção urbana. Como se demonstrou ao longo deste tópico, estes processos de renovação urbano-cultural são questionados e rebatidos por comunidades negras da região e, assim, emergem disputas em torno dos usos e apropriações dos espaços públicos e de suas memórias.

(...)
Ontem a Serra Leoa,
A guerra, a caça ao leão,
O sono dormido à toa
Sob as tendas d'amplidão!
Hoje... o porão negro, fundo,
Infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar...
E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado
E o baque de um corpo ao mar
(...)

(ALVES, trecho de
'Navio Negro', 2021)

Imagem 3: Porto e Navio Negroiro



Fonte: colagem elaborada pelos autores, 2023.

A colagem acima procura evocar a vida das pessoas que foram jogados ao mar durante as travessias transatlânticas vindo de África. Assim, constitui um rito de passagem daqueles que acreditaram na vida além do mar e, encararam a liberdade de viver e morrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe como contribuição a produção de cartografias, colagens e mosaicos da área conhecida por “Pequena África” no Rio de Janeiro, na tentativa de disputar narrativas com as epistemologias dominantes, a partir da perspectiva descolonial. Mediante ferramentas capazes da desconstrução de modelos de intervenção espacial, buscou-se confrontar o urbanismo europeu e europeizante e, assim, desvelar territorialidades não excludentes. Compreendeu-se que reconhecer e mapear saberes territoriais é uma forma de

realizar um giro epistemológico e afirmar tais territorialidades. Assim, tomou-se como base: disputas de lugar, disputas de sentido do, no e pelo espaço, por meio de monumentos e estátuas de personalidades negras, arquiteturas afro-cariocas, cortejos rituais de religiosidade e de festa, bem como outros elementos materiais e imateriais da paisagem, afirmativos da cultura Améfrica. Tais dispositivos foram analisados por meio dos conceitos de produção do espaço (LEFEBVRE, 2006) branqueamento e enegrecimento (SANTOS, 2021, 2022), que, articulados, ajudaram a compreender as conexões dos significantes violência e sofrimento, resistência e criação.

Com essas lentes teórico-metodológicas buscou-se analisar como as comunidades negras se apropriam e produzem o espaço urbano, tanto mediante iniciativas autônomas de ocupação e organização comunitária quanto por meio de ações de ressignificação de espaços públicos. Os repertórios de lutas e resistências podem ser identificados nas diversas expressões artísticas, culturais e religiosas, como um grande enredo e ritual pelas “disputas de lugar” (MASSEY, 2008), mediante as quais narrativas são presentes continuamente ofertados, tão bonitos que conseguem dar sentido às experiências, apoiados no conceito de produção do espaço de Lefebvre (2006).

Dessa maneira, os repertórios acionados pelas cartografias e colagens buscaram iluminar as disputas de lugar e afirmar as referências espaciais negras, toponímias e seus significados associados à identidade afrodiaspórica. Inspirados pela perspectiva de Carvalho (2023) de que o espaço também é constituído pelas cargas simbólicas atribuídas a seus elementos, que são disputadas pelos autores sociais. Assim, arte, cultura e ritual envolvem pessoas, lugares, eventos e organizações, e desenvolvem múltiplas referências espaciais que constituem um leque de urbanidades negras reivindicadas por esses repertórios, ao invocar a memória dos escravizados como um devir e torná-los companheiros na ideia de um ‘futuro que é ancestral’ (KRENAK, 2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Castro. **O Navio Negroiro e outros cantos**. Recife: Editora do Brasil, 2017. Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1786>. Acesso em 01 out. 2023.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CARVALHO, L. P. R.. Arte, **Cultura e Ritual: percursos e grafagens para um museu território na Pequena África do Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Orientação: Profa. Dra Fernanda Sanchez) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 52 págs. 2023.

COLI, Luiz Régis; SANTOS, Renato Emerson. **Planejamento popular e ativismos cartográficos na cidade do Rio de Janeiro: perspectivas recentes de afirmação simbólica e territorial**. Sessão Livre. Natal: ENANPUR, 2019.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano Entre o Discurso e a Prática**. São Paulo, Ed. UNESP, 2005.

CRUZ, Giovana. **Redes de ação cultural na região portuária do Rio de Janeiro : sujeitos, articulações e ocupações no tempo presente**. 2023. 312 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2023.

DEL RIO, Vicente. **Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos**. Arquitectos, São Paulo, ano 02, n. 015.06, Vitruvius,

ago. 2001. Disponível em
<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/117/1/IU009%20-%20vitruvius_arquitectos_015_06.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cais do Valongo - Rio de Janeiro (RJ)**. 2023. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>>. Acesso em 01 out. 2023.

KRENAK, Ailton. 2022. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTES, Agustín Lao. **Cidades afro-diaspóricas**. Aula proferida no Curso Colonialidade do Saber Urbano. São Paulo: Youtube LabCidade, 29 de setembro de 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades, uma reflexão sobre epistemes e territórios**. CECEÑA, Esther; SADER, Emir (Orgs). La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: Revista PósGeo UFF, 2020.

CARVALHO, L. P. R... **Cidade Espetáculo. Política, Planejamento e City Marketing. Curitiba**. Palavra, 1997.

CARVALHO, L. P. R... **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Argos Editora da UnoChapecó, 2ª Edição, 2004.

CARVALHO, L. P. R.; GUTERMAN, B. ; LAIBER, P. . Disputas simbólicas na Cidade Maravilhosa: atores, instrumentos e gramáticas territoriais. In: XVI Encontro Nacional da ANPUR - XVI ENAnpur, 2015, Belo Horizonte. Anais XVI ENAnpur. Belo Horizonte: Editora UFMG e ANPUR, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.

SANTOS, R. E. DOS et al. **DISPUTAS DE LUGAR E A PEQUENA ÁFRICA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?** 1o Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico. RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). Belo Horizonte, Fluxos, 2018. p. 464–491.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Pequena África: contra o branqueamento, um território negro na área central do Rio de Janeiro**. In: Tramas de las desigualdades en América Latina y el Caribe. Saberes, Luchas y Transformaciones. 9a Conferência de CLACSO, Anais. México: UNAM e CLACSO, 2022A.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África** [recurso eletrônico] / organização Renato Emerson (et al.). 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022B.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Cidades afro-diaspóricas**. Aula proferida no Curso Colonialidade do Saber Urbano. São Paulo: You-Tube LabCidade, 29 de setembro de 2023.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional**. Tradutores: MARQUES, Marta I. M.; BARRETO, Marcelo. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, pp. 89-109, 2012.

TORRES, Luiz C. **Quilombo Pedra do Sal: Herança Africana do Porto, do Santo e do Samba**. In: Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena

África [recurso eletrônico] / organização Renato Emerson (et al.). 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 104-109.

VAINER, Carlos Bernardo; Oliveira, Fabricio Leal de;
CARVALHO, L. P. R.; Broudehous, Anne Marie. **Os megaeventos e a cidade: perspectivas e críticas**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2016.